



Universidade Federal de Sergipe  
Departamento de Arqueologia

## **OS CRITÉRIOS DO IPHAN PARA O RECONHECIMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS EM SERGIPE: O DESCOMPASSO ENTRE AS DEFINIÇÕES ACADÊMICAS E AS NORMATIVAS DE PRESERVAÇÃO.**

Lorenzo Cunha Mangieri<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca do descompasso entre as definições acadêmicas de sítio arqueológico histórico e a legislação, levantando os possíveis problemas que impedem a sua proteção legal e a consequente construção de conhecimento sobre o passado recente através da cultura material. Para tanto, buscou-se demonstrar como estes sítios são caracterizados e definidos no escopo das normatizações em vigor; especificar, na regulamentação atual, os critérios para os mesmos; E identificar como os técnicos em Arqueologia da Superintendência do Iphan em Sergipe definem os sítios arqueológicos históricos.

Palavras-chave: Iphan; Arqueologia Histórica; Sergipe.

### **Abstract**

This article presents some reflections about the mismatch between the academic definitions of historical archaeological site and the law, raising the possible problems that prevent its legal protection and the consequent construction of knowledge about the recent past through the recent material culture. In order to do so, it was tried to demonstrate how these sites are characterized and defined in the scope of normalizations, to specify in the current regulation the criteria for them and to identify how the technicians in Archeology of the Iphan Superintendence in Sergipe define a historical archaeological site.

Keywords: Iphan; Historic Archaeology; Sergipe.

### **Resumen**

El presente artículo presenta algunas reflexiones acerca del desajuste entre las definiciones académicas de sitio arqueológico histórico y la legislación, planteando los posibles problemas que impiden su protección legal y la consiguiente construcción de conocimiento sobre el pasado reciente a través de la cultura material reciente. Para ello, se buscó

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe.

demostrar cómo estos sitios se caracterizan y definen en el ámbito de las normatizaciones, especificar en la reglamentación actual los criterios para los mismos e identificar cómo los técnicos en Arqueología de la Superintendencia del Iphan en Sergipe definen un sitio arqueológico histórico.

Palabras clave: Iphan, Arqueología Histórica, Sergipe.

## INTRODUÇÃO

A entrada da Arqueologia na minha vida se deu de forma muito rápida. A partir da minha opção por cursar o bacharelado nesta área na Universidade Federal de Sergipe, com o intuito de reunir minha afinidade com o Geoprocessamento e a temática arqueológica. Após o início do curso, a multidisciplinaridade me chamou ainda mais a atenção e as atividades práticas se entrelaçaram com o arcabouço teórico. Foi nesse contexto que fui apresentado à Arqueologia Histórica. Naquele momento, entendi o quanto essa área havia avançado nos últimos anos em número de pesquisadores e consequentemente na construção do conhecimento.

A relevância da perspectiva da Arqueologia Histórica dentro da academia, para a construção do conhecimento a partir da cultura material, pode ser vista de forma abrangente pela sua riqueza de informações. Muitos pesquisadores trabalharam na construção desta disciplina no Brasil, possibilitando um melhor entendimento a cerca do assunto, porém, quando relacionamos essa percepção de conceitos da academia com os critérios do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - Iphan, podemos perceber a falta de especificidade quanto aos sítios arqueológicos históricos na legislação que protege o patrimônio cultural brasileiro.

Ao analisar a legislação desde a criação do Instituto, passando pela publicação da Lei nº 3924/1961, que faz menção apenas aos sítios arqueológicos pré-históricos, chegando às novas normativas publicadas para atender as demandas do licenciamento ambiental, é perceptível a falta de critérios de definição, delimitação e fiscalização para os sítios arqueológicos históricos.

Partindo destes pressupostos, o presente artigo tem como objetivo entender os critérios estabelecidos pelo Iphan para os sítios arqueológicos históricos no estado de Sergipe. Para tanto, objetivamos demonstrar como estes sítios foram caracterizados e definidos em seu escopo de normatizações, especificar na regulamentação atual os critérios para os mesmos e identificar como os técnicos em Arqueologia do órgão definem um sítio arqueológico histórico.

A pesquisa foi instrumentalizada através da análise do escopo legislativo e regulatório do Iphan, assim como por entrevistas realizadas com os fiscais da Superintendência de Sergipe. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com três Técnicos em Arqueologia do Iphan/SE, responsáveis pela fiscalização do patrimônio arqueológico (denominados arqueólogo “A, B e C”, como forma de proteger suas identidades). As entrevistas foram analisadas qualitativamente.

Nosso trabalho de pesquisa justifica-se pela busca de uma reflexão quanto ao descompasso entre as definições acadêmicas de sítio arqueológico histórico e a legislação Iphan, levantando os possíveis problemas que impedem a sua proteção legal e a consequente construção de conhecimento sobre o passado recente através da cultura material, na esperança de uma solução para essa problemática.

## **O “SER OU NÃO SER” DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL**

Os estudos relacionados à Arqueologia Histórica no continente americano tiveram seu início em meados de 1930 nos Estados Unidos, porém somente no decorrer da década de 1960, com a realização da “Conferência Arqueologia de Sítios Históricos” e a organização da “Sociedade de Arqueologia Histórica”, esta área do conhecimento arqueológico teve uma real consolidação (ORSER, 1992, p. 17). Na América do Sul, a Arqueologia Histórica veio a se fortalecer a partir de 1980, tendo como base os pressupostos teóricos e metodológicos já aplicados nas pesquisas norte-americanas (BASTOS et al., 2010, p. 321).

Segundo o arqueólogo Charles Orser (1992, p. 23), o marco temporal para o início dos estudos em Arqueologia Histórica no contexto americano é a chegada dos europeus na América e suas pesquisas abarcam fundamentalmente os efeitos da presença destes no Novo Mundo, se configurando como *“o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação até hoje”*. Posteriormente, em 1995, Orser & Fagan propõem como recorte temporal para a Arqueologia Histórica a queda de Ceuta, ocorrida em 1415, relacionando-a de forma *“indissociável”* à expansão europeia. Os autores a definem como uma disciplina que *“centra sua atenção no passado pós-pré-histórico, que procura entender a natureza global da vida moderna”* em um período caracterizado pelo *“colonialismo, eurocentrismo, capitalismo e modernidade”* (FUNARI, 1996, p. 164).

No Brasil, a Arqueologia Histórica surgiu como área de pesquisa arqueológica somente após a década de 1960, entretanto diversos trabalhos já eram realizados no nordeste e sul brasileiro, antes mesmo de sua elevação a área de pesquisa de fato. Tânia de Andrade Lima, uma das maiores pesquisadoras da temática no Brasil, elaborou um resumo das pesquisas já realizados no país no segundo quartel do século XX, destacando as escavações feitas no por Herman Kruse nas Casas Fortes baianas construídas no século XVI, as pesquisas de Loredó Fernández que resgatou esqueletos humanos pertencentes aos quilombolas e o trabalho desenvolvido o por Virginia Watson nos remanescentes de uma vila fundada pelos espanhóis no Paraná (LIMA, 1993, p. 225).

Apesar do trabalho realizado durante décadas no Brasil, a consolidação da Arqueologia Histórica ocorreu somente na década de 1980, no contexto da redemocratização do país, com o surgimento de novas pesquisas balizadas pela perspectiva dos “grupos subalternos que não tiveram possibilidades de descrever sua própria história, em recuperar memórias sociais, estudar práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial” (SYMANSKI, 2009, p. 03). Nos anos 2000, após a publicação da Portaria 230/2002 (BRASIL, 2002) e o início da participação do Iphan como órgão interveniente na obtenção de licenças ambientais, houve um crescimento exponencial nas pesquisas arqueológicas em todo o país e conseqüentemente no número de sítios arqueológicos históricos. Atualmente a temática arqueológica histórica, possui abordagens diversas e subáreas com temas específicos como, por exemplo, “Arqueologia da Arquitetura”, Arqueologia Urbana”, “Arqueologia da Diáspora” e “Arqueologia do Mundo Atlântico”.

Quanto as especificidades da disciplina no contexto brasileiro, Gheno e Machado (2013, p. 175) nos chamam a atenção para a necessidade de um olhar crítico quanto aos conceitos “europeizados” relacionados a esta disciplina, argumentando que existiam mesmo “antes da chegada do europeu, culturas milenares que ainda perduram, além das culturas marginalizadas pela História Tradicional introduzidas pelos processos de formação do Mundo Moderno”.

Os conceitos e metodologias, importados do contexto norte-americano, foram por outras vezes refutados no ambiente acadêmico brasileiro e, para Bastos et al. (2010, p. 321), a indefinição conceitual quanto a Arqueologia Histórica e aos sítios históricos ainda persiste. De acordo com os autores:

“A própria denominação ‘arqueologia histórica’ é criticada por alguns pesquisadores, visto que exprime a ideia de um ‘falso conceito’ histórico e

arqueológico, já que considera como objeto de estudo apenas o que ocorreu a partir do século XV, após a chegada dos europeus no Brasil e após a existência de fontes escritas; assim, desconsidera o processo histórico inicial do povoamento do país como histórico, caracterizando-o como pré-histórico, ou seja, anterior a história, subentendendo como histórico o que apresenta escrita e pré-histórico o que não apresenta escrita, ou ainda, histórico o que é moderno e pré-histórico o que é atrasado” (BASTOS et al. 2010, p. 321).

A diversidade de conceituações, abordagens e subáreas relativas a esta temática, além da dificuldade de aplicar os modelos importados à realidade da arqueologia brasileira, veio posteriormente se refletir na própria definição de sítio arqueológico histórico e consequentemente na sua proteção legal.

## **O DESCOMPASSO ENTRE AS DEFINIÇÕES ACADÊMICAS E AS NORMATIVAS DE PRESERVAÇÃO**

As abordagens relativas aos sítios arqueológicos históricos são muito aplicadas durante nas disciplinas acadêmicas do Bacharelado em Arqueologia na UFS, no curso existem atualmente quatro componentes da grade curricular que tratam da Arqueologia Histórica, isso demonstra o quanto essa temática é relevante na formação do arqueólogo. Meu percurso no entendimento quanto a este tema foi construído, pela apresentação de seu conteúdo no escopo de outras disciplinas do curso e posteriormente nas aulas de Arqueologia Histórica. Pude perceber no decorrer das aulas, que o tema é apresentado como uma parte do conhecimento arqueológico centrada nos efeitos da ação dos colonizadores no território brasileiro.

Para discutir como é apresentada a temática arqueológica histórica no bacharelado em Arqueologia na UFS, faremos uma breve descrição do escopo das disciplinas, de acordo com o conteúdo das ementas, a fim de possibilitar a reflexão quanto a aplicação de seu arcabouço teórico e prático na área de atuação profissional após a formação acadêmica.

Na disciplina Arqueologia Histórica I, são apresentados os principais autores que contribuíram com a construção da área no contexto mundial e nacional. A disciplina tem como objetivo desenvolver reflexões sobre os conceitos e metodologias que definem o campo da arqueologia histórica, que auxiliem o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em sítios arqueológicos históricos. Seu conteúdo aborda o desenvolvimento a trajetória conceitual desta temática no mundo até o cenário nacional, desde os primeiros

referenciais teóricos europeus e americanos até as propostas atuais de unificação das discussões, as metodologias e técnicas no contexto brasileiro.

A segunda disciplina obrigatória, Estudo de Materiais Históricos I, objetiva o desenvolvimento de atividades práticas em laboratório, visando a capacitação para a identificação de materiais arqueológicos históricos, como louça, vidro e metal, e possibilitar a identificação dos processos de produção, cronologia e procedência dos artefatos estudados, e ainda determinar a utilização destes em seu contexto e seu posterior descarte.

As outras duas disciplinas, Arqueologia Histórica II e Estudo de Materiais Históricos II, são complementares, entretanto não são obrigatórias. Tais disciplinas apresentadas surgem como forma de complementar à formação do aluno a partir do aperfeiçoamento dos referenciais teóricos, metodológicos e técnicos.

Torna-se inegável a importância da perspectiva da Arqueologia Histórica na formação dos novos arqueólogos e a riqueza de informações apresentadas nas disciplinas. Em tese, após as leituras, discussões e atividades práticas, os alunos deverão estar devidamente capacitados conceitualmente para identificar e estudar um sítio arqueológico histórico, mas qual é a realidade apresentada nas normativas que regem o patrimônio arqueológico do Brasil e que deverão ser seguidas por esses profissionais?

Muitos arqueólogos, no Brasil e no mundo, já se debruçaram na construção do arcabouço teórico-metodológico que possibilitasse identificar e pesquisar os sítios arqueológicos históricos. Os conhecimentos produzidos posteriormente são repassados aos novos arqueólogos durante sua formação acadêmica, no entanto quando relacionamos essa percepção conceitual na universidade com os critérios do Iphan, podemos perceber a falta de marcos legais específicos para o reconhecimento dos sítios arqueológicos históricos.

Ao analisar o escopo legal referente ao patrimônio cultural brasileiro desde a criação do Iphan em 1937, com o Decreto Lei 25 (BRASIL, 1937), até os novos instrumentos legais publicados pelo órgão para atender as demandas do licenciamento ambiental, é perceptível a ausência de critérios para a definição, delimitação e fiscalização para os sítios arqueológicos históricos.

Diversas leis e portarias foram apresentadas durante os anos, porém nenhuma delas aborda os sítios históricos especificamente, a primeira foi o decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esta é a lei fundadora do Iphan, como órgão competente para a proteção do patrimônio cultural nacional, e institui o instrumento do tombamento. Esta é primeira lei

brasileira que faz menção ao patrimônio arqueológico. Porém, em seu texto, no artigo que institui criação do Livro de Tombo Arqueológico se *refere* “as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular”, não fazendo referência aos sítios históricos como arqueológicos (BRASIL, 1937, Art. nº 4 – 1). Posteriormente, na Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961 (BRASIL, 1961), também conhecida como Lei da Arqueologia, considera-se como “*monumentos arqueológicos e pré-históricos*”:

- a) “As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmios”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios” (BRASIL, 1961, Art. 2º).

Nesta Lei são definidos quais são os sítios arqueológicos brasileiros, porém com tipologias totalmente voltadas para a pré-história e aos paleoameríndios. O Art. 18, (Cap. IV – Das descobertas fortuitas) faz referência aos “a descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático”, que poderiam ser considerados como artefatos arqueológicos e comporem um sítio, porém são tratados a título de ocorrência.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), institui em seu Art. 20 os sítios arqueológicos e pré-históricos como bens da União, ou seja, qualquer sítio ou artefato arqueológico pertence ao conjunto da sociedade. No Art. 216, são apresentados os elementos de natureza material e imaterial que compõem o patrimônio cultural brasileiro, entre eles “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Observa-se que os termos “histórico” e “arqueológico” estão apartados, considerando novamente o patrimônio arqueológico como pré-histórico.

A Portaria IPHAN nº07 (BRASIL, 1988), regulamenta “os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas”, formalizando os procedimentos mínimos a serem atendidos pelos arqueólogos em seus estudos. Esta Portaria está em vigência até os dias atuais, nela cita os termos “sítios arqueológicos” e faz referência a Lei da Arqueologia (BRASIL, 1961), porém também não traz definições quanto aos sítios históricos.

A Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, foi publicada com intuito de atender a demanda crescente dos estudos socioambientais e as prerrogativas do Instituto como órgão interveniente neste processo. Ela “regulamenta a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico” (BRASIL, 2002). Com a publicação desta normativa e sua vigência durante 13 anos, ocorreu um aumento exponencial no número de projetos de arqueologia e o consequente crescimento da quantidade de sítios históricos por todo o país.

A Instrução Normativa IPHAN nº 001, publicada em 2015, estabeleceu procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan, como órgão interveniente nos processos de licenciamento ambiental (BRASIL, 2015). Nesta normativa, além do componente arqueológico, bens tombados, registrados e valorados em esfera federal são parte do processo de anuência pelo Iphan. Para a classificação do possível nível de impacto ao patrimônio arqueológico e o estabelecimento dos procedimentos a serem atendidos nas pesquisas, são considerados aspectos como o local de implantação, tipologia e características.

Como nas outras leis e portarias, a IN nº 001/2015 não também apresenta a definição para sítios arqueológicos históricos e ainda separa o patrimônio “tombado” dos “cadastrado”, tendo como base a mesma definição de sítio da Lei 3924/1961 para guiar a avaliação de seus técnicos. Nos anexos estão elencados os empreendimentos por tipologia, mas não há orientação de procedimentos em caso de impactos aos sítios arqueológicos presentes em um centro histórico tombado como, por exemplo, em São Cristóvão.

Por fim, a recém-publicada Portaria Iphan nº 375/2018, que estabelece os princípios da Política de Patrimônio Cultural Material no Brasil e os procedimentos a serem observados nos processos institucionais de preservação do patrimônio cultural, incluindo a identificação, o reconhecimento e a proteção dos bens arqueológicos (BRASIL, 2018). Esta normativa, vai além das anteriores, com ações e atividades de identificação mais específicas e que podem ser aplicadas aos sítios arqueológico históricos. Apesar de não ser específico para os sítios arqueológicos, a Portaria supracitada abre uma janela legal para a caracterização dos sítios fora da tipologia arqueológica pré-histórica.

**“Art. 17.** As ações e atividades de Identificação devem privilegiar recortes temáticos, cronológicos ou territoriais e refletir sobre a representatividade local, regional e nacional, evidenciando os atributos e características do bem material, podendo, ou não,



resultar em medidas de proteção ou em instrumentos de gestão territorial” (BRASIL, 2018, p. 06).

Ainda nesta normativa, o “cadastro” continua a ser o instrumento de reconhecimento aplicado aos bens arqueológicos (BRASIL, 2018, Art. 21 – I), porém com a utilização do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão –SICG em substituição ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA<sup>2</sup>. No Art. 107, ficou estabelecido um prazo de três meses a contar da publicação da Portaria 375, para a homologação de portaria específica com critérios e procedimentos para a identificação e reconhecimento dos sítios arqueológicos. Segundo os arqueólogos do Iphan, até o momento da elaboração deste artigo esta portaria específica ainda não havia sido publicada, porém seus termos já se encontravam em discussão no Centro Nacional de Arqueologia - CNA.

A única fonte de critérios para a definição dos sítios arqueológicos histórico, encontrada nas publicações do Iphan que se apresenta como referência, segundo os arqueólogos da Superintendência de Sergipe, é a publicação “Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico”(BASTOS & SOUZA, 2010). A obra, publicada há duas décadas, aborda diversos assuntos referentes a normatização das pesquisas arqueológicas e seus aspectos. Os autores buscaram estabelecer uma conceituação de sítios arqueológicos históricos para fins de gestão e manejo de áreas protegidas ou não, segundo estes:

“Os sítios arqueológicos históricos em áreas urbanas são espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação do território pós-contato, tais como todas as estruturas, ruínas e edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação (buracos, baterias militares, fortalezas e fortins); vestígios da infraestrutura (vias, ruas, caminhos, calçadas, ruelas, praças, sistema de esgotamento de água e esgotos, galerias, poços, aquedutos, fundações remanescentes das mais diversas edificações, dentre outras que fizeram parte do processo de ocupação iniciado nos núcleos urbanos e em outros lugares); lugares e locais onde possam ser identificados remanescentes de batalhas históricas e quaisquer outras dimensões que envolvam combates; antigos cemitérios, quintais, jardins, pátios e heras; estruturas remanescentes de antigas fazendas, senzalas e engenhos de cana e farinha; estruturas remanescentes de processos industriais e manufatureiros; vestígios, estruturas e outros bens que possam contribuir na compreensão da memória nacional pós-contato” (BASTOS & SOUZA, 2010, pag. 46-47).

Tendo em vista o grande número de projetos em andamento em Sergipe e em todo o Brasil, há que se reconhecer a necessidade de uma melhor execução dos projetos de

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php)

arqueologia de contrato e que para isto é preciso que os critérios legais sejam mais claros. Esta pesquisa se desenvolve em um momento em que o Iphan busca formas de normatização a partir da publicação da Portaria 375/2018 (BRASIL, 2018), mas em uma realidade que não mudou nos últimos oitenta anos, em relação a definição dos sítios históricos. As pesquisadoras LIMA & SILVA (2002, 12-13), analisam que grande parte da indefinição quanto ao estabelecimento de parâmetros legais para caracterizar os sítios arqueológicos foram geradas por questões de ponto de vista jurídico, pois:

“(...) se os sítios históricos forem entendidos como bens da União, eles poderão ser passíveis de desapropriação e não é preciso muito esforço para imaginar o caos social advindo desse entendimento. Até porque, mesmo que fosse gerado um dispositivo legal nesses termos, ele jamais seria cumprido. Seria mais uma lei criada para não sair do papel”.

No entendimento das autoras, tornou-se necessário considerar com cautela o impacto que a definição de conceitos para sítios históricos poderia representar, sendo para que estes fossem protegidos, os critérios deveriam ser os mais claros possíveis, sem riscos da não atuação das ações de proteção. Atualmente o CNSA apresenta 27.582 sítios arqueológicos acautelados em todo o território nacional, com 237 destes cadastrados no estado de Sergipe, sendo apenas 89 sítios históricos. Esses dados demonstram a grande discrepância entre a quantidade de sítios pré-históricos e históricos no cenário arqueológico sergipano, apesar deles estarem presentes em áreas potenciais contempladas nos projetos de licenciamento arqueológico e de pesquisas acadêmicas. É importante observar que nas fichas do CNSA, até o momento utilizadas para o cadastramento dos sítios, os campos reservados para o preenchimento das características dos sítios e do acervo coletado, fazem mais referências aos aspectos “pré-históricos” que históricos, acarretando a disponibilidade de poucas informações quando um sítio cadastrado é histórico.

## **A VISÃO DOS ARQUEÓLOGOS DO IPHAN/SE QUANTO AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS**

O arqueólogo durante sua formação é orientado sobre o conhecimento arqueológico dentro de uma perspectiva científica, na qual é necessária uma base metodológica, que nos possibilita interpretar as sociedades pretéritas através da cultura material. Entretanto, quando o arqueólogo lida com a realidade do campo de trabalho, a realidade se torna complexa, pois a partir desse momento nos apenas não dizemos mais “o que é ou não arqueológico”, mas também lidamos de frente com o órgão público que é responsável

em pela proteção, normatização e fiscalização do patrimônio arqueológico e dos projetos de pesquisa arqueológica do país. Essa relação entre os arqueólogos e Iphan, abre uma grande problemática relacionada com os critérios estabelecidos pelo Estado, que não estão bem conectados com a realidade de campo em suas leis e portarias. O fato apresentado, acaba por deixar a responsabilidade de estabelecer os critérios para a definição quanto aos sítios arqueológicos históricos a cargo dos técnicos em arqueologia do Instituto.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com arqueólogos do IPHAN, entre os meses de novembro e dezembro de 2018, nos trarão a opinião dos técnicos do órgão quanto a realidade vivenciada na Instituição. Os questionamentos visam ampliar as discussões que, muitas vezes na prática, acabam sendo muito diferentes do que estamos acostumados a ver na universidade.

Os três arqueólogos escolhidos para serem entrevistados são responsáveis pelas fiscalizações dos sítios arqueológicos e dos processos de licenciamento da Superintendência do IPHAN no estado de Sergipe. Pretende-se relacionar a problemática quanto a ausência de dispositivos institucionais para definir os sítios históricos e identificar como os fiscais do Iphan entendem esses bens culturais.

Primeiramente, foi questionado aos arqueólogos sobre o Iphan em relação à fiscalização do patrimônio arqueológico antes de passar a ser servidores e o que mudou depois como visualizavam o Instituto enquanto gestor desses bens culturais. Em resposta, o “Arqueólogo A” explica:

“Achava a gestão precária, pelo número de arqueólogos que trabalhavam anteriormente, porém não relacionados à competência do órgão e sim em questão da estrutura precária. E também porque, sempre a visão que nós temos do Iphan antes de entrar, é de órgão só punitivo. Que ele não é um órgão que trabalha com essa parte de sensibilização. Eu não mudei minha opinião sobre o Iphan. O que eu mudei hoje é de saber que não depende simplesmente dos técnicos, ou até mesmo da gestão da superintendência, é que de muitas coisas que vem, muitas coisas partem muito de Brasília. Mas a visão que eu tinha era essa de uma gestão precária mesmo. Eu sei que hoje o Iphan tem problemas de gestão, mais que nem sempre os instrumentos legais que oferece e as normativas abarcam o que está na realidade, e também essa falta de contato com a sociedade, as pessoas não sabem o que nós fazemos”.

Na visão do “Arqueólogo B”, “a gente sempre tinha aquela visão do Iphan como algo difícil, como se fosse a polícia, sabe? A polícia que trabalha com Patrimônio, com a Arqueologia, .... Por que querendo ou não, ela vigia, vai atrás dessas coisas de fiscalização” e complementa que após ser servidor na Instituição existem “algumas coisas a

gente ainda mantêm, que é esse poder de polícia do Iphan, mas a gente vê na íntegra que não tem essa perna assim, pra ir [fiscalizar] em tudo que é lugar.

Quando questionados sobre cursos e treinamentos fornecidos pela Instituição para aplicação da legislação patrimonial, os arqueólogos foram unânimes em afirmar que não existem programas de formação continuada para lidar com arcabouço conceitual e legislativo aplicado pelo Iphan. O “Arqueólogo A” explica:

“Quando a gente faz o concurso, já aparece lá o rol das atribuições que vai fazer dentro do Iphan. Só que quando a gente chega, não tem pessoal pra fazer um treinamento com a gente. Na minha experiência, e é o que eu converso com os colegas, leva praticamente um ano pra estar habilitado mesmo, para fazer as coisas, porque a gente acaba tendo que trabalhar com instrumento jurídico. Você estudar legislação para um concurso não é a mesma coisa que ver essa legislação na prática e assim acaba que a própria estrutura nos leva a ter que fazer outras coisas além das atribuições que a gente tem”.

O “Arqueólogo B” afirma que esta lacuna é preenchida pelo conhecimento e pesquisa da legislação feita por cada técnico e especifica:

“Teve só uma semana, mas foi pra falar da IN e de outro programa que era o FISCALIS, que a gente nunca chegou a usar. Só isso, que foi em 2015. Curso para fiscalização nunca tive, na questão de definições de sítios arqueológicos eu tive na minha formação. Eu ia fazer fiscalização conforme o que nós sabíamos da nossa própria formação. Não o Iphan que chegou e disse ‘é assim que tem que ser’. E o diálogo acontece só entre nós da divisão técnica”.

Em relação ao descompasso entre a academia e o Iphan na produção de definições para o patrimônio arqueológico, que gera como consequência a problemática discutida nesse artigo, o “Arqueólogo A” afirma que *“a academia e o Iphan não conversam, podendo facilitar na realização de projetos, muitas vezes refazendo trabalhos já feitos, dependendo da gestão”*. Já o “Arqueólogo C” cita que esse descompasso acaba por comprometer a formação do arqueólogo e a produção das pesquisas arqueológicas no âmbito profissional, e responde:

“Já na análise do projeto eu me confronto com problemas bem graves que acredito que sejam da formação dos arqueólogos...é o entendimento da importância da compartimentação geomorfológica para construção e definição de uma metodologia de prospecção arqueológica para avaliação de potencialização de uma área. As áreas de entorno são medidas, às vezes, por 50 metros para lá. São critérios desassociados com a questão ambiental, portanto sem avaliação da drenagem da compartimentação geomorfológica. Estes são atributos extremamente importantes

para a gente reconhecer a área de potencial arqueológico agora e onde ocupações pretéritas estavam estabelecidas ou tinham condições de se estabelecer. Quais são esses atributos favoráveis para se ter esse contato com sítios arqueológicos? E então, já se peca aí”.

Em seguida, questionou-se sobre a construção de parâmetros para os técnicos para atuação no Iphan nas definições de sítios arqueológicos. O “Arqueólogo A” afirma que:

“Hoje nós não temos instrumento para isso, a gente vai pela discussão mesmo. Quando eu tenho dúvida em relação a isso, ou da minha própria prática mesmo, a gente [técnicos] conversa entre si para poder definir sobre os sítios. Mas geralmente a gente vê a questão da dimensão desse sítio, a quantidade de material que saiu e como foi analisado o contexto para o sítio arqueológico. Esses são os três pilares para definir o que é sítio, mas a fiscalização, ela deveria entrar nisso aí. A gente deveria ter perna para ir a campo, antes desse relatório, ir a campo para verificar isso”.

De acordo com os técnicos, os critérios definir os sítios são extremamente variáveis, dependendo muitas vezes da forma como são produzidos os relatórios de pesquisa. O “Arqueólogo C”, afirma que *“a legislação não delimita e sim o arqueólogo que está fiscalizando a projeto”*. Para o “Arqueólogo A”:

“Depende da metodologia que ele [pesquisador] utilizou, se foi aplicada essa metodologia correta, a contextualização etno-histórica que já vem no projeto. Vai muito da escrita do pesquisador, de como ele vai descrever o sítio. A ferramenta que nós temos tem hoje é essa. Nós não temos uma normativa assim... a partir de tal dimensão, com tais fragmentos, o contexto tem que ser esse. Vai mais da experiência de quem está como fiscal”.

Os arqueólogos afirmaram que estão na espera da publicação de uma nova portaria que irá estabelecer a definição de sítio arqueológico, para fins de gestão pelo Iphan, e as diretrizes a serem observadas para a identificação e o reconhecimento de sítio arqueológico, e que seus parâmetros já estão sendo discutidos pelo CNA. No que tange as definições quanto aos sítios arqueológicos históricos, “Arqueólogo A” informa que:

“Geralmente consideramos [um sítio arqueológico histórico] quando tem material arqueológico considerado histórico, mas nós não temos instrumentos dentro das normativas mesmo. Usamos as normativas da arquitetura para intervir, porque nós não temos instrumento para poder atuar no centro histórico. Existe a Lei da Arqueologia, mas ela diz que nós não podemos atuar em áreas muradas, como vamos saber se tem sítios ali e fiscalizar? A gente vê nas leituras que existiram tentativas pra isso. Por exemplo, tem aquele manual de gerenciamento arqueológico do Rossano. Mas quanto tempo tem isso? A única definição que a gente tem dentro

do IPHAN sobre sítio histórico tá dentro desse livro...assim, quantas coisas mudaram nesses anos todos”.

Tendo em vista o fato de não haver na legislação instrumentos que assegurem definição institucional de algo básico nos conceitos arqueológicos, como um sítio histórico, e a necessidade recorrer a outros meios para gerir e fiscalizar o patrimônio arqueológico, os arqueólogos foram questionados sobre qual avaliação eles dariam para os critérios do Iphan. O “Arqueólogo B” avalia que “é muito complicado. Tem coisas que realmente são catastróficas, mas até o momento a legislação tem dado base para você fazer essa gestão. E já mostrou outros problemas, que nunca acabam. A IN tem muitas falhas, mas ela consegue dar conta. Mas depende muito da gente, de como a gente está gerindo. Eu acho que ela é regular”. O “Arqueólogo C”, acrescenta que “a legislação não consegue delimitar o que é sítio arqueológico (...) o Iphan não diz, quem diz é o arqueólogo que está fazendo o projeto”.

Observa-se que existe uma preocupação em relação aos sítios arqueológicos localizados nos centros históricos tombados, como Laranjeiras e São Cristóvão, pois as normativas do licenciamento são muito voltadas para empreendimentos de grande porte e legislação do IPHAN para estes locais foi criada basicamente para o patrimônio arquitetônico. Quanto a este aspecto o “Arqueólogo A” relata que:

“Em tese, se teve atividade humana ali pode ser estudado pela arqueologia. A gente pode considerar como sítio arqueológico. A questão é que hoje eu não tenho instrumento legal para chegar em uma casa lá em São Cristóvão, que eles estão cavando lá no fundo e estão destruindo um sítio. E se tem um cemitério ali, eu não posso chegar e dizer que não podem fazer. A Lei 3924 diz que no que está dentro de áreas muradas particulares, a gente não pode atuar”.

As entrevistas nos possibilitaram entender a opinião dos arqueólogos do Iphan e sua realidade vivenciada em seu trabalho e nos trazem um pouco da dimensão do problema, que não depende para sua resolução somente dos arqueólogos. A problemática está relacionada aos órgãos governamentais normativos, especialmente ao Iphan, que ainda carrega um descompasso com a sociedade, a academia e a própria dinâmica do licenciamento ambientais. Durante décadas, os técnicos do Iphan tiveram dúvidas relacionadas aos critérios para o reconhecimento dos sítios arqueológicos históricos, pois apesar de existir leis e normatizações relacionadas à proteção do patrimônio arqueológico nunca ficou estabelecido legalmente como identificar estes sítios.

Vale ressaltar, que a incumbência da fiscalização dos sítios arqueológicos está a cargo dos técnicos em arqueologia do órgão. Porém, pela falta de normativas legais e conceituais, a responsabilidade quanto aos critérios para definir “o que é um sítio histórico” fica nas mãos destes servidores, dependendo do seu conhecimento, formação e interpretação. Lembrando que este “entendimento” é subjetivo, podendo variar de arqueólogo para arqueólogo, e pode levar ao comprometimento da salvaguarda e à falta de ações de preservação para estes sítios de natureza singular.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos aspectos observados, podemos concluir que os critérios em relação aos sítios arqueológicos históricos precisam ser revisados o quanto antes porque, como sabemos, as leis em nosso país fluem de forma lenta e precisam de maior pressão por parte do corpo técnico do Iphan e dos arqueólogos para que futuramente possam ser concretizadas.

Percebi que, apesar do desenvolvimento conceitual e metodológico da Arqueologia Histórica, a legislação afeita a esta temática não acompanhou sua trajetória e a falta de definições claras quanto aos sítios históricos foram se arrastando durante anos. A falta destes critérios legais interfere drasticamente na salvaguarda do patrimônio arqueológico, colocando muitas vezes os arqueólogos do IPHAN em situações complicadas.

Acredito que esta realidade implica diretamente construção do conhecimento no âmbito dos projetos de licenciamento realizados por todo o país que, pela ausência de normativas bem estabelecidas quanto as especificidades dos sítios arqueológicos históricos pelo IPHAN, deixa brechas para que os trabalhos de pesquisa não possam ser realizados de forma adequada. Vale ressaltar, que é a partir dos projetos desenvolvidos no licenciamento ambiental que grande parte do conhecimento arqueológico é construído no país, pois estes são realizados maior quantidade do que pesquisas dentro da academia.

Pretendo que o artigo apresentado venha a gerar discussões e propor que a continuidade das reflexões quanto a problemática apresentada, para que possamos abrir espaço para futuras mudanças e proteger estes bens arqueológicos em suas especificidades. Reafirmando as palavras de LIMA & SILVA (2002, p. 12), “não há como se proteger aquilo que sequer se consegue definir”.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, R. & SOUZA, C. – Org. (2010). **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. 3ª ed. – São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo.

\_\_\_\_\_; SOARES, Fernanda Codevilla; COIMBRA, Fernando; OOSTERBEEK, Luiz. (2010) **A arqueologia histórica em Florianópolis e a preservação patrimonial: legislação, conceitos e sítios arqueológicos**. Anais do IVº SIMP, 2010. p. 320-330.

BRASIL (1937). **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm) Acesso: 06 mar.2019.

BRASIL (1961). **Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm) Acesso: 06 mar. 2019.

BRASIL (1988). **Constituição Federal** . Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL (1988). **Portaria IPHAN nº07, de 01 de dezembro de 1988**. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei 3924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_007\\_de\\_1\\_de\\_dezembro\\_de\\_1988.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf) Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL (2002). **Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf) Acesso em: 06 de mar. 2019.

BRASIL (2015). **Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf) Acesso em: 06 mar. 2019.



BRASIL (2018). **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei\\_iphan0732090.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf) Acesso em: 06 de mar. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo. (1992). A trajetória da Arqueologia Histórica no Brasil. In: Orser Jr. Charles E. **Introdução À Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

\_\_\_\_\_. (1996). O Amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. **Revista de História**, nº 135, p. 163-168, FFLCH-USP. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18801/20864](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18801/20864). Acesso em: 07 mar. 2019.

GHENO, D. A.; MACHADO, N. T. G (2013). Arqueologia Histórica – Abordagens. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. Editora UFPR.

LIMA, Tânia. A. (1993). **Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico(1960-1991)**. Anais do Museu Paulista. vol.1, no.1. São Paulo. P.225-262.

\_\_\_\_\_ & SILVA, Regina (2002). **O conceito de sítio arqueológico histórico e suas implicações legais**. Revista do Cepa, v.26, n.35/36, Santa Cruz: UNISC.p.12–20.

ORSER Jr, Charles (1992). **Introdução à Arqueologia Histórica**. Trad. Paulo Funari. Belo Horizonte, Oficina de Livros.

SANTOS. Jenilton F. **La Búsqueda De Bases Metodológicas Para La Intervención Arqueológica En La Restauración Arquitectónica –El Caso Brasil**. Disponível em <https://repositorio.uam.es/handle/10486/9336?show=full>. Acesso em 6 mar. 2019.

SYMANSKI, L. C. P. (2009). Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos anos. In: MORALES, WF & MOI, FP. (Org.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo, Annablume/Acervo, pp. 279-310.